



MISCELÁNEOS | DIVERSOS

Fermentario V. 14, N° 1 (2020)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy

Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

A implementação de um método empresarial para garantir a
qualidade na educação básica pública paulista

*The implementation of a business method to ensure quality in in
paulista public basic education*

Erica Cristina Frau¹

DOI: <https://doi.org/10.47965/fermen.14.1.13>

Recibido: 02/02/2020

Aceptado: 10/05/2020

Resumen

Una de las principales metas de la Secretaría de Educación del Estado de São Paulo - SEE / SP es asegurar el aprendizaje de los estudiantes. Para que esta meta sea alcanzada son necesarias innumerables acciones. La acción que revela este aprendizaje, de forma cuantitativa se da por medio del diagnóstico realizado por evaluaciones externas, sumada al control de flujos que toman en

¹ Mestra em Educação na área de Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Professora efetiva de Filosofia da Rede Pública Estadual Paulista, atualmente designada como Professora Coordenadora de Filosofia no Núcleo Pedagógico na Diretoria de Ensino Campinas Oeste. Graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. ericafrau@gmail.com

consideración la reprobación y el abandono escolar. Actualmente, la red cuenta con el desarrollo del proyecto Gestión en Foco - MMR, una asociación con el sector privado. Este proyecto apuesta en la implementación de un método empresarial para ayudar a SEE / SP a resolver los problemas de la escuela, sobre todo relacionada al cumplimiento de las metas elevando los índices educativos. La reflexión sobre la relevancia de las acciones del desarrollo de este proyecto para garantizar la calidad de la educación básica es uno de los principales objetivos de este artículo.

Palabras clave: Educación Básica, Calidad, Privatización

Abstract

One of the main goals of the State Department of Education of São Paulo - SEE / SP is to ensure students' learning. In order for this goal to be achieved, many actions are required. The action that reveals this learning, in a quantitative way occurs through the diagnosis carried out by external evaluations, added to the control of flows that take into account the disapproval and the drop out. Currently, the network relies on the development of the project Management in Focus - MMR, a partnership with the private sector. This project bets on the implementation of a business method to help SEE / SP to solve the problems of the school, mainly related to the achievement of goals raising educational rates. Reflecting on the relevance of the actions of the development of this project to guarantee the quality of basic education is one of the main objectives of this article.

Keywords: Basic Education, Quality, Privatization

Introdução

Durante anos a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEE/SP, tem desenvolvido ações para assegurar a qualidade da educação que pode ser compreendida como seu dever. No entanto, todos os seus passos parecem ser insuficientes para a macroestrutura de sua rede. Sendo assim, as parcerias com as empresas privadas têm sido cada vez mais recorrentes como tentativa de suprir as demandas educacionais.

É essa influência neoliberal sobre a educação que desejamos investigar e tornar pública por meio deste artigo, tendo como problema central a busca de como uma ação da SEE/SP, financiada pela iniciativa privada, pode oferecer melhoras na qualidade da educação, tendo como foco a gestão dos números que revelam os resultados da aprendizagem. Gostaríamos de compreender como a ação de atingir os

índices desejados podem contribuir para o desenvolvimento do princípio básico de uma educação emancipadora e cidadã.

A problemática deste artigo concentra-se em compreender de que qualidade se deseja alcançar na educação básica. Entende-se por qualidade o cumprimento de metas que elevam os índices? Ao elevar os índices temos a garantia de que a escola forma um cidadão autônomo e emancipado?

Para iniciarmos a reflexão é interessante fazer um breve resgate histórico. O primeiro ponto foi a chegada da Proposta Curricular no final de 2007 sob a responsabilidade da Secretária da Educação Maria Helena Guimarães de Castro e Coordenação Geral da Maria Inês Fini. No início de 2008, os discentes da rede pública receberam nos primeiros dias de aula um jornal com atividades de todas as disciplinas que compõem a grade curricular de seu segmento. Nesta ação, os docentes foram surpreendidos com a chegada deste recurso didático sem receberem maiores informações sobre os seus objetivos. Em continuidade, os docentes receberam a Proposta Curricular do Estado de São Paulo e os Cadernos do Professor, divididos por disciplina, ano/série e bimestres. Material que requer estudo e planejamento para sua aplicabilidade. Já os gestores das unidades escolares receberam material de apoio a implementação, o Caderno do Gestor. O movimento de implementação chegou na escola como uma surpresa acontecendo, sem planejamento antecipado, sem acompanhamento dos órgãos responsáveis e sem a formação continuada necessária.

Com a intenção de subsidiar a implementação e dar continuidade a execução do novo Currículo, o segundo ponto a ser destacado aconteceu por meio de uma ação da antiga Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP,² que organizou em setembro de 2008, o curso de formação continuada - *A Rede aprende com a Rede*. Neste curso *online* apenas um número restrito de docentes, preferencialmente efetivos, tiveram a oportunidade de estudar o Caderno do Professor de sua disciplina por meio de videoaulas ministradas pelos autores dos materiais. Esta ação aconteceu apenas nos anos de 2008 e 2009, contemplando uma pequena parte dos docentes atuantes na rede.

O terceiro ponto refere-se à construção do documento básico – *Matrizes de Referência para a Avaliação SARESP*,³ no ano de 2009, na gestão do Secretário de Estado da Educação Paulo Renato Souza. Este documento tem como objetivo tornar evidente a vinculação do Sistema de Avaliação de

² A CENP, responsável pelas ações de gestão pedagógicas do currículo, com as mudanças de gestão no decorrer dos anos, passou a se chamar CGEB – Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/cgeb/>.

³ O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) é aplicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/saresp>.

Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP ao Currículo. O documento apresenta a reformulação feita na fundamentação conceitual e na metodologia do SARESP para que pudesse estar de fato a serviço da aprendizagem, auxiliando as condições de trabalho para a equipe escolar. No entanto, a apropriação dos conteúdos desta matriz ficou por conta dos estudos autônomos de gestores e docentes, não tendo por parte da SEE/SP, uma ação de formação sobre o uso deste documento.

Em 2010 chega à versão final do Currículo e com ele o material apostilado denominado Caderno do Aluno, construído pelo Programa *São Paulo faz Escola*⁴ para apoiar o uso do Caderno do Professor, implementado junto com a Proposta Curricular. O conjunto Caderno do Professor e Caderno do Aluno subsidiam a execução do Currículo, sendo distribuídos bimestralmente para todos os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Os Cadernos do Professor estão organizados em situações de aprendizagem que visam promover o desenvolvimento de competências e habilidades, previstas no Currículo que mais tarde serão avaliadas no SARESP e evidenciadas no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP.⁵ Acontece que, para a utilização adequada deste material de apoio construído pela SEE/SP é preciso desenvolver as sequências didáticas assegurando a aprendizagem das habilidades. Porém, esta ação não tem sido desenvolvida a contento, pelo menos é o que os resultados das avaliações externas indicam.⁶

Outro ponto essencial a ser destacado neste resgate histórico está na implementação da Avaliação de Aprendizagem em Processo – AAP.⁷ No ano de 2011 a Coordenadoria de Informação Monitoramento e Avaliação Educacional – CIMA⁸ em ação conjunta com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB decidiram implementar mais uma ação de avaliação que tem por objetivo identificar o nível de aprendizagem dos alunos no decorrer do ano letivo para auxiliar os docentes no desenvolvimento de atividades de recuperação da aprendizagem das habilidades em defasagem. O caderno de perguntas e respostas destas avaliações é formado por uma redação, questões dissertativas e de múltipla escolha de língua portuguesa e matemática, tendo como base o conteúdo do Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

⁴ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola>.

⁵ O IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo é um indicador de qualidade das séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na avaliação de qualidade das escolas feita pelo IDESP consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP e o fluxo escolar. O IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo um diagnóstico de sua qualidade, apontando os pontos em que precisa melhorar e sinalizando sua evolução ano a ano. Disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/o_que_e.asp.

⁶ Estes dados podem ser consultados por meio dos sítios <http://www.educacao.sp.gov.br/consulta-saresp.html> e <http://idesp.edunet.sp.gov.br/>.

⁷ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/avaliacao-aprendizagem>.

⁸ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/cima/>.

Interessante pensar na importância dos resultados desta avaliação diagnóstica considerando o fato de que a escola ainda não compreendeu a importância dos resultados do SARESP. Este exame, que está na vigésima segunda edição, tem sofrido pequenas mudanças desde sua implementação, sendo aplicado de duas a três vezes ao longo do ano. Os índices extraídos por meio das AAP deveriam servir para a escola desenvolver ações voltadas para suprir as dificuldades dos alunos, ações corretivas antes do SARESP, o exame final. Mas, não tem funcionado assim, os dados obtidos na maioria das vezes ficam perdidos e a equipe gestora somada ao grupo docente não se apropriam dos resultados para atuarem de forma efetiva. Então surge a indagação, para que realizar tantas provas se as escolas não utilizam de forma efetiva os resultados obtidos por meio destas avaliações diagnósticas de alto custo?

Avançando na história, em 2015, a SEE/SP, lançou a plataforma *Foco Aprendizagem*. Neste ambiente, as Unidades Escolares, Diretorias de Ensino e Coordenadorias da SEE/SP podem consultar os resultados das avaliações SARESP e AAP e, a partir deles, direcionar e redirecionar as práticas de gestão escolar e pedagógica. Ao lançar a plataforma *Foco Aprendizagem* a SEE/SP ofereceu cursos *online* de formação sobre a utilização dessa ferramenta para todos os servidores envolvidos no processo da aprendizagem, com o objetivo principal de instrumentalizar a rede sobre o uso apropriado das informações. No entanto, os dados oferecidos no ambiente continuam apontando para os mesmos resultados, o que indica que as intervenções realizadas pelas Unidades Escolares, Diretorias de Ensino e Coordenadorias não têm sido suficientes para fazer o Currículo do Estado de São Paulo acontecer.

Em meio a esse cenário de ações sobre ações, destacamos apenas os pontos mais relevantes para a contextualização do artigo, no entanto é válido ressaltar que inúmeras outras ações, projetos, cursos e orientações aconteceram no decorrer de uma década e que muitas delas podem ser compreendidas como uma série de desventuras, pois não possibilitaram a SEE/SP avançar em seus resultados educacionais e tampouco tiveram sequência e permanência para serem analisadas a longo prazo.

Chegamos no ponto essencial da discussão, a implementação do método empresarial. Então, após a implementação da plataforma *Foco Aprendizagem* a SEE/SP lança em 2016 o Projeto piloto *Gestão em Foco – Método de Melhoria de Resultado - MMR*⁹ seguindo com a intenção de melhorar o aprendizado dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e Médio nas escolas. O processo de implementação do projeto piloto teve início na Diretoria Regional de Ensino Leste 4 na capital, onde o MMR¹⁰ foi aplicado em 77 escolas. Depois de vivenciar as oito etapas do método e analisar os

⁹ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/gestaoemfoco>.

¹⁰ O MMR é o caminho que vem sendo adotado em escolas da rede de educação do Estado de São Paulo a fim de que todas atinjam metas e produzam bons resultados. Disponível em: <http://patrocinados.estadao.com.br/gestaoemfoco/metodo-de-melhoria-de-resultados-mmr/>.

resultados obtidos por meio das avaliações, a SEE/SP decidiu dar sequência ao projeto no ano de 2017 implementando o método em mais treze Diretorias Regionais de Ensino atingindo 1128 escolas.¹¹ Em continuidade de sua ação, no ano de 2018 implementou o método em mais trinta e nove Diretorias de Ensino da Grande São Paulo e do interior contemplando mais 2299 escolas.¹² E em 2019 expandiu a ação para todas as 91¹³ Diretorias de Ensino e suas escolas.

A implementação de um método empresarial para atingir objetivos

Como foi apontado, o empenho para a implementação e acompanhamento do Projeto *Gestão em Foco - MMR* faz parte de uma iniciativa do setor privado. A associação Parceiros da Educação¹⁴ contratou a empresa Falconi¹⁵ para implementar o método nas escolas da SEE/SP. Neste ponto encontra-se o âmago da discussão, durante anos a rede estadual tem desenvolvido ações para assegurar a qualidade da educação que pode ser compreendida como dever do Estado, no entanto todos os seus passos parecem ser insuficientes para a macroestrutura de sua rede. Então, uma associação sem fins lucrativos como a Parceiros da Educação financia a implementação de um método empresarial elaborado pelo grupo Falconi para finalmente resolver os problemas referentes a qualidade – índices educacionais – da educação básica paulista. Este fato dialoga com a governamentalização do Estado que Michel Foucault menciona em seu texto *A Governamentalidade*, fenômeno que auxilia o Estado no cumprimento de seu dever.

São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado do que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (Foucault, 2004, p. 430).

Ao estabelecer parcerias e permitir ações de controle, por meio da implementação de um método empresarial, o Estado transfere sua responsabilidade e dever de assegurar a educação de qualidade

¹¹ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/escola-reune-em-livro-poesias-escritas-por-alunos-apos-aplicar-o-metodo-de-melhoria-de-resultados/>.

¹² Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/programa-gestao-em-foco-e-expandido-para-2-299-escolas-da-rede/>.

¹³ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticia/gestao-em-foco-39-diretorias-de-ensino-serao-incorporadas-ao-mmr/>.

¹⁴ Criada em 2004, a Parceiros da Educação é uma Associação sem fins lucrativos, certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que trabalha por uma educação pública de qualidade no Brasil. A atuação da Parceiros da Educação tem dois focos: Promover a parceria entre empresas, empresários e organizações da sociedade civil com escolas públicas, visando a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos; apoiar o governo na adoção de políticas públicas consistentes que promovam a qualidade da educação pública. Disponível em: <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/parcerias/>.

¹⁵ Transformar a educação para a educação transformar o Brasil, esse é o objetivo da Falconi Educação, frente de atuação que visa aprimorar a gestão de instituições públicas e privadas, da educação básica ao ensino superior. Disponível em: <https://www.falconi.com/educacao/gestao-em-foco-na-educacao/>.

para a iniciativa privada, ação que ele mesmo deveria garantir. No entanto, a questão que se destaca é o fato da implementação do MMR, ter como objetivo elevar os índices educacionais. A qualidade da educação que se pretende, dialoga com resultados e números, não focando suas ações na formação do indivíduo livre, solidário e cidadão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, construída a partir da Constituição Federal e promulgada em 1996, define, em seu artigo segundo: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (grifo meu). Quando consultamos os documentos de política pública produzidos pelo Ministério da Educação desde então a centralidade da formação para a cidadania salta aos olhos. É preciso educar o cidadão; é preciso, através da educação, formar o cidadão, para que o Estado democrático de direito possa ser devidamente consolidado (Gallo, 2017, p. 9).

Se os princípios educacionais visam o desenvolvimento de jovens cidadãos, como destaca Silvio Gallo em seu artigo, *Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil*, porque que a SEE/SP e o Ministério da Educação - MEC promovem tantas ações voltadas para a inspeção desta qualidade educacional por meio de avaliações externas que seguem moldes e padrões internacionais do avaliar? Como o movimento de atingir os índices pode formar cidadãos?

A escola deveria estar focada no cumprimento do Currículo implementado pela SEE/SP visando a promoção de seus princípios “Uma escola que também aprende; o currículo como espaço de cultura; as competências como referência; prioridade para a competência da leitura e da escrita; articulação das competências para aprender e articulação com o mundo do trabalho”. (São Paulo, 2010) por meio das disciplinas que compõem a grade curricular. No entanto, bimestralmente, as escolas passam pela AAP, avaliações que examinam o processo de aprendizagem em língua portuguesa e matemática para, no final do ano, novamente serem avaliadas por meio da SARESP, verificando assim, a aprendizagem dos estudantes e o cumprimento das metas estabelecidas. Estas ações de verificação parecem pouco dialogar com o objetivo principal de formar jovens autônomos, solidários e competentes aptos para o exercício da cidadania.

Como aponta Veiga-Neto parece relevante (re)pensar as práticas escolares e as teorizações educacionais a ela relacionadas (2009, p. 51). Para que atingir os índices? Ao que tudo indica, os mecanismos utilizados pela SEE/SP não têm sido efetivos para atingir os objetivos propostos. A partir desse pensamento é interessante indagar por que olhar com tanto empenho para os resultados das avaliações ao invés de focar no desenvolvimento dos princípios do Currículo que visam a formação de

um cidadão. Para que estabelecer parcerias que auxiliam no controle que remete ao cumprimento das metas?

O desenvolvimento de ações em escolas públicas, por meio de parcerias firmadas entre o setor público e o privado, com o objetivo declarado de melhorar a qualidade do ensino, necessita ser compreendido como parte de um conjunto de proposições que expressam os novos rumos tomados pelas ações políticas educacionais na atualidade. Assim, por um lado, faz-se necessário compreender essas ações inseridas em discurso hegemônico neoliberal, que se impõe como evidente e como a melhor e a mais eficiente saída para a resolução dos problemas educacionais na atualidade, e também para a promoção da qualidade na educação (Marin e Penna, 2012, p. 113)

É essa influência neoliberal sobre a educação que desejamos pensar por meio deste artigo, tendo como problema a busca de como uma ação da SEE/SP financiada pela iniciativa privada pode oferecer melhoras na qualidade da educação tendo como foco a gestão dos números que revelam os resultados da aprendizagem. Gostaríamos de compreender se a ação de atingir os índices desejados podem contribuir para o desenvolvimento do princípio básico de uma educação emancipadora e cidadã.

Formar cidadão ou atender o mercado?

Estamos diante de um problema, pois ao observar de forma crítica é possível perceber que o Estado tem governado para atender os interesses do mercado e cedido as influências do Banco Mundial – BM,¹⁶ onde:

As condicionalidades, portanto, estariam a serviço da estratégia do BM de promover o ajuste estrutural macroeconômico necessário à inserção do Brasil e demais países periféricos no processo de globalização neoliberal, o que significou, no caso do Brasil a partir do governo de Collor de Melo (1990-1992), a radicalização da liberalização da economia, com as privatizações dela decorrentes, e a destruição de um precário Estado Social por meio de uma contrarreforma do Estado, cujos efeitos mais visíveis sobre a educação básica e superior são o avanço do setor privado, a precarização do público e a penetração dos mecanismos e valores de mercado sobre a gestão, o financiamento, a avaliação e a produção de conhecimento (Mota e Maués, 2014, p. 1142).

Então, olhar para os resultados obtidos por meio da implementação de um método empresarial na educação básica parece trazer contribuições para evidenciar as ações e objetivos educacionais da

¹⁶ O Grupo Banco Mundial, uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 187 países-membros. O Banco (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) atua como uma cooperativa de países, que disponibiliza seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e a sua ampla base de conhecimentos para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento para atingir um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. O objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>.

SEE/SP, buscando compreender as relações de poder que se estabelecem nesse processo de governamentalidade no atual cenário político-econômico.

Ao adotar o MMR, a SEE/SP acredita na hipótese de que a solução dos problemas educacionais se encontra na gestão dos resultados. Para fazer essa gestão, aposta na inserção de um modelo empresarial, onde as ações e suas etapas são acompanhadas de forma sistemática e rigorosa, tendo em vista o controle e o monitoramento dos resultados. As avaliações bimestrais intituladas AAP permitem ao método qualificar e classificar os resultados das ações nas Unidades Escolares, realizando assim a gestão dos resultados e reestruturação das ações todas as vezes que os objetivos não forem alcançados. Sendo assim, a AAP, existente na rede desde 2011, com a intenção de evidenciar as fragilidades de aprendizagem dos discentes durante o ano letivo, torna-se um dos instrumentos de medição e controle do método, torna-se um exame que vigia a qualidade do desenvolvimento das ações em cada Unidade Escolar.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado (Foucault, 2014, p. 181)

A SEE/SP utiliza anualmente o exame como um dispositivo de disciplina, é por meio dos resultados da SARESP que as Unidades Escolares e Diretorias de Ensino são classificadas e premiadas com o pagamento da Bonificação por Resultados a partir da Lei Complementar nº 1078 instituída em 17 de dezembro de 2008.

O PISA,¹⁷ a Prova Brasil,¹⁸ o SARESP são exames que frequentemente medem a qualidade da educação e geram indicadores de resultados, fazendo da escola um aparelho de exame como aponta Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*:

Do mesmo modo, a escola se torna uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de

¹⁷ O *Programme for International Student Assessment* (PISA) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7.º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>.

¹⁸ A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>.

uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar (Foucault, 2014, p. 182).

Essa força, que cada vez mais nutre a comparação de cada um com todos, faz com que a competição seja estimulada, promovendo o neoliberalismo, fazendo a escola um instrumento focado em resultados, em índices, em números.

Todavia, há de se questionar até que ponto qualidade educativa pode ser medida por índices de desempenho. O ensino em sala de aula e todo o aprendizado dentro de uma escola vão além do que esses indicadores são capazes de medir por meio do rendimento dos alunos (Altmann, 2002, p. 85)

Ao questionar a maneira pela qual a qualidade da educação é medida no artigo *Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro*, Altmann aponta para uma questão essencial, pois o infortúnio da educação básica tem sido esse, o foco nos índices e nos resultados, como se estes indicadores fossem capazes de revelar, de fato, a qualidade da educação nas Unidades Escolares e dos indivíduos que à frequentam. Sabemos que os números indicam apenas uma face do que podemos compreender como qualidade da educação.

Conclusão

A SEE/SP tem realizado parcerias com o setor privado buscando melhorar seus resultados, mas, a escola não pode atuar a serviço da economia, não é este o seu papel, a escola precisa promover a aprendizagem para a formação integral do indivíduo, para torná-lo apto para a vida em sociedade. Ao estabelecer parcerias com instituições privadas a rede pública estadual paulista intensifica o acompanhamento e controle, mas essa prática nem sempre acontece de forma harmônica.

Diante das questões acima destacadas, importa analisar o que ocorre nas escolas quando da efetivação dessas parcerias, uma vez que, por um lado, se trata de instituição com lógica e cultura específicas, cujas práticas não se alteram com tanta facilidade. Os problemas e as prioridades educacionais não são passíveis de serem submetidos à lógica econômica, se de fato se quer enfrentá-los. Por outro lado, essas parcerias ocorrem num momento em que se intensifica o controle sobre as ações dos professores, seja por meio de processos de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas, seja por meio da adoção de propostas curriculares que normatizam suas práticas em sala de aula. Assim, é relevante atentar para as formas como essas parcerias incidem sobre o trabalho dos professores nas escolas (Marin e Penna, 2012, p. 116).

A SEE/SP estabelece parceria com a iniciativa privada argumentando que este será um mecanismo mais eficiente e ágil para atender as demandas e resolver o problema dos baixos índices de aprendizagem. No entanto a escola continua sendo a mesma, com sua equipe gestora, seu grupo docente e discente. Os problemas continuam sendo os mesmos. Estas parcerias entre o setor público e o privado precisam

ser analisadas com cautela, pois, mudar a rotina e a prática docente na sala de aula requer muitos esforços. Planejar, acompanhar e avaliar as ações dentro de uma cultura escolar já formada pode ser mais desafiador do que aparenta.

Apostar na parceria com o privado é, de certa forma, duvidar da capacidade autônoma da escola de atingir seus objetivos, de fazer a educação com qualidade acontecer. É permitir que a transformação da escola aconteça por meio da privatização de ações que deveriam pertencer a equipe gestora e ao grupo docente de forma autossuficiente. É apostar em novas formas de governo, pois, no neoliberalismo competitivo o que vale é o cumprimento de metas, sendo esta uma nova maneira de disciplinar o corpo, onde “o cronometro é substituído pelos indicadores” como aponta (Veiga-Neto, 2009, p. 43).

Nesse momento de transformações educacionais profundas, de amplas reformas pedagógicas e de grandes transformações institucionais, faz-se necessário mobilizar reflexões que nos ajudem a pensar sobre as novas formas de governo no mundo contemporâneo, isto é, sobre essa nova governamentalidade, a biopolítica neoliberal, como nos mostrou Foucault (César, 2010, p. 228).

Refletir sobre as novas formas de governo é crucial para verificar a repercussão e as consequências destas relações de poder, se estão simplesmente a serviço da economia ou se podem assegurar melhoras no cenário educacional. Não podemos ignorar o fato de que existe uma força neoliberal sobre a educação e que os índices educacionais estão a serviço destes interesses. As ações educacionais realizadas pelo governo evidentemente miram para atingir as metas estabelecidas.

Vê-se, pois, que no âmbito da gestão (empresariamento da gestão através das parcerias público-privadas, dos contratos de gestão e da descentralização), do financiamento (manutenção dos padrões de financiamento como percentual do PIB em educação nas últimas duas décadas) e da avaliação (entendida como instrumento regulação e controle), o tripé da nova regulação educacional na América Latina e no Brasil, é possível identificar as principais transformações operadas na educação brasileira. Os intelectuais orgânicos do Capital, como o Banco Mundial, fazem um balanço positivo dos resultados das políticas. Os autores ligados e alinhados aos movimentos sociais que fazem a crítica da concepção de educação e sociedade constitutiva das políticas oficiais apresentam uma avaliação oposta, embora ambos identifiquem os mesmos elementos como aqueles centrais das transformações pelas quais passam a educação no Brasil (Mota e Maués, 2014, p. 1146)

Mota e Maués no artigo “O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras” destacam aspectos essenciais para o cenário a ser investigado. Primeiramente evidenciam a existência do tripé – Gestão, Financiamento, Avaliação – uma triangulação que tem sido o mote da atuação da SEE/SP e que tem assegurado a série de desventuras. Sabemos que a escola precisa de uma boa gestão para planejar e

executar ações, sabemos também que existe uma diversidade na qualidade do trabalho desenvolvido pelas pessoas que ocupam essa função na escola.

Também é de nosso conhecimento que o financiamento é essencial para que a escola exista e funcione. Investimentos em recursos materiais e humanos são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Embora muito tenha sido investido, ainda falta assertividade para que a escola possa acontecer de forma excelente e sublime.

A avaliação tem sido o controle desse processo, instrumento que vigia e aponta os resultados da gestão e do financiamento, peça chave do sistema. Devido a esse fato, ocupa destaque no tripé, o resultado apontado por ela permite o planejamento de novas ações, cria parâmetros para o estabelecimento de novas metas e novos investimentos.

No mercado econômico, os resultados alcançados pela educação apontam para um balanço positivo, considerando válido os investimentos realizados na educação básica. No entanto, se observarmos a realidade do chão da escola podemos perceber grandes lacunas que os índices não evidenciam.

Referências bibliográficas

- Altmann, H. (2002). Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. *Educação e Pesquisa*, 28 (1), 77-89.
- Brasil (1996). Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- César, M. R. A. (2004). *Da escola disciplinar à pedagogia do controle*. (Tese Doutorado em Educação). Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- Foucault, M. (2004). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- (2014). *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 42.^a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Gallo, S. (2017). Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil. *Educação e Filosofia*, 31 (63).
- Marin, A. J. e Penna, M. G. O. (2012). Parcerias entre o setor público e o privado em escolas estaduais paulistas e o trabalho do professor: alguns dados para reflexão. *Pro-posições*, 23 (1) (67), 113-127.
- Mota J. W. P e Maués, O. C. (2014). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. *Educação & Realidade*, 39 (4), 1137-1152.
- São Paulo (Estado) (2008a) Proposta Curricular do Estado de São Paulo / Coord. Maria Inês Fini. – São Paulo: SEE.
- (2008b) Resolução SE - 21, de 26-3-2009 - *Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores específicos das unidades escolares da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR*, instituída pela Lei Complementar nº 1078, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2008.
- (2009) *Matrizes de referência para a avaliação Saresp: documento básico*/Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini. – São Paulo: SEE.

————— (2010). Secretaria da Educação. *Currículo do Estado de São Paulo* / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini. São Paulo: see.

Veiga-Neto, A. (2003). *Foucault & a Educação*. Autêntica. Belo Horizonte.

————— (2009). Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: G. Branco e A. Veiga-Neto. *Foucault filosofia e política*. Rio de Janeiro: Autêntica.